



O MUNICÍPIO PEDAGÓGICO COMO ANÁLISE PARA A HISTÓRICA LOCAL THE PEDAGOGICAL MUNICIPALITY AS AN ANALYSIS FOR THE LOCAL HISTORICAL

Matheus Chiconato Borges¹

RESUMO

Busca-se, com este trabalho, analisar o processo acerca do município pedagógico, assim como, compreender o local como fonte de pesquisa. O viés teórico-metodológico se pauta em um caráter qualitativo que visa historicizar a trajetória acerca do município pedagógico e sua relação com as fontes e seus documentos, dentro das possibilidades que tendem potencializar a pesquisa. Os resultados apontam que a história do município pedagógico está atrelado com a trajetória institucional escolar (Educação), pois o município pedagógico é impulsionado por seu viés educacional diante da sua autonomia estatal e federal. Podendo inferir sobre os documentos primários no desenrolar da sua trajetória historiográfica. Além disso, olhar para o município é olhar para a história local, para o território (demográfico), para as individualidades e para a educação. Através desses marcadores chegamos à categoria de município pedagógico.

Palavras-chave: município pedagógico; história local; história da educação.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the process about the pedagogical municipality, as well as understand the place as a source of research. The theoretical-methodological bias is based on a qualitative character that aims to historicize the trajectory about the pedagogical municipality and its relationship with the sources and its documents, within the possibilities that tend to enhance the research. The results indicate that the history of the pedagogical municipality is linked to the institutional school trajectory (Education), because the pedagogical municipality is driven by its educational bias against its state and federal autonomy. It can infer about the primary documents during their historiographical trajectory. In addition, to look at the municipality is to look at local

¹Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina. Paraná. Brasil. E-mail: matheusichiconato@outlook.com

history, the territory (demographic), individualities, and education. Through these markers we reach the category of pedagogical community.

Keywords: pedagogical municipality; local history; education of history.

Resumo Expandido recebido em: 02/02/2024

Resumo Expandido aprovado em: 12/03/2025

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2i1anais.5260>

1 INTRODUÇÃO

A historiografia da educação, adentra o quadro pedagógico como disciplina na década de 1970 e na década seguinte integra o cenário da especialização na pós-graduação (mestrado e doutorado) assim compondo o currículo universitário brasileiro. Isso possibilitou um avanço enquanto área dentro de um processo de construção na história escolar educacional.

Enquanto disciplina escolar, criou raízes epistemológicas acerca da política de formação de professores entre outros. Dentre os possíveis objetos de investigação, instituiu-se como um campo de conhecimento entre historiadores e pedagogistas, estabelecendo aproximações com as teorias das Ciências da Educação.

Uma abordagem historiográfica que, pelas suas características epistémicas de proximidade documental, configuração, significação e provação discursiva tem vindo a assumir uma relativa frequência de trato, designadamente no âmbito da produção académica é a história das instituições educativas e dos municípios pedagógicos, constituídos como objecto epistémico (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 02).

Desse modo, tanto no Brasil quanto em Portugal, estudar as instituições educativas assim como os municípios pedagógicos fornece base para se pensar e fundamentar – dentro da história da Educação – a história nacional e a história local como mediador dessas relações.

Esse termo “local”, designado por autarquia que é referente a uma determinada instância ou poder, isto é, estabelece relações com aspectos histórico-geográficos como também econômico e político. Assim, o termo refere-se por descentralização que, segundo os autores, implica por um processo – dentro de um fenômeno – de

transferência efetiva total-integrado no sentido autonômico. Contudo, pode-se entender como sentido autonômico, sendo esse que,

corresponde um espaço histórico-geográfico com contornos definidos, envolve uma auto-suficiência econômica, judicial e de soberania que permitam a satisfação das necessidades, requisitos e condições básicas para a fruição de direitos e capacidades, sem dependência directa de terceiros (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 2-3).

Resumidamente a citação acima esboça que essa autonomização corresponde, entre outros fatores, um sentido identitário de determinação, em que, no caso dos municípios pedagógicos e instituições educativas, é referente ao local da construção histórica, assumindo por um fundamento de descentralização. Via de regra, esses processos não resultam de uma única forma, há lampejos irregulares dentro desse processo.

A exemplo, voltamos o olhar para a cena das políticas educativas e culturais, esta demanda de domínios e instâncias de autonomização como território educativo, principalmente como é o caso da estrutura educacional. O ponto principal dessa discussão retrata o processo de descentralização pedagógica, voltado para uma hierarquia centralista do Estado-Nação, em que, o município pedagógico rescinde seus laços absorvendo-o numa “co-responsabilização” (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 03). No fundo, estabelecem relações de poder, tanto do espaço geográfico quando do sócio-político-cultural. Dessa maneira, essas tensões provocam e evocam um modelo de desenvolvimento que muitas das vezes não está no papel, mas sim, nas entrelinhas que vão desenhando o processo que está em curso.

A problemática está em diálogo as questões que embasam a construção do município pedagógico. Assim, está voltada para a questão de como o município pedagógico pode ser utilizado no entendimento acerca do local atrelado às documentações?

Portanto a justificativa do presente trabalho recai sobre o município pedagógico, em que se serve na construção de autonomização, partindo de um conjunto de políticas descentralizadoras como instância histórica longeva.

Mas por que acontecem esses processos de descentralização por parte dos municípios? Vejamos, uma maior autonomia política educativa, como já elenquei

nesse texto, uma maior flexibilização dos currículos, maior iniciativa administrativa, identidade, singularização, em Portugal – construção da Memória e do Patrimônio da Educação, (Preservada e organizada, essa documentação constitui uma memória que confere identidade histórica aos municípios e permite uma historiografia focalizada no local).

Historiar a educação, muito particularmente no espaço municipal, é reconstituir um processo sócio-cultural de mediatização, formação e construção que marcou profundamente os destinos e as identidades, nos planos individual, social, institucional, organizacional (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 6).

Esse sentido histórico abordado pela Educação pedagógica, incide em uma construção e preservação das fontes locais. Organizar essas fontes e valorizá-las, estabelece um diálogo com o ofício do historiador e seu papel enquanto agente cívico do município. Esse processo da vazão a vários aspectos, centrado na construção pessoal dentro e um projeto social que explora as dimensões pedagógicas. Assim a escola (instituição) começou a se estabelecer como instância pedagógicas na instrução e formação, passo a passo, após os estados se afirmarem na sociedade moderna.

A municipalização é composta por um processo histórico de institucionalização, arraigado por tensões e movimentos de resistência, do qual, sugere sua autonomização do poder central. O município é uma entidade fundamental no processo de organização pública e na formação do cidadão.

Dessa forma, os objetivos se inserem no quesito: desenvolver uma pesquisa dentro dos acervos do sistema dos municípios pedagógico; inferir sobre as fontes apropriadas e o local como fonte da pesquisar. Como ponto de partida, podemos pensar em uma história atrelada com a história social da cultura escolar, assim como articular com a história local. Esses caminhos ajudam na relação escola/município sob a perspectiva histórica dos costumes/social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

As discussões teóricas selecionadas visam potencializar possibilidades de pesquisa e têm se apropriado de construtos teórico-metodológicos do movimento da Escola dos Annales (Burke, 1997), da Nova História (Le Goff, 2005), da História Cultural (Chartier, 1990), da História Social (Hobsbawm, 1998), Municípios pedagógicos (Magalhães; Wenceslau, 2019) e História da Educação (Vidal, 2017), entre outros. Dessa forma, caminham para uma ótica voltada para o próprio campo da Educação, com interseções e trajetórias históricas de suas práticas culturais. Ainda assim, possibilitam alcançar os acontecimentos da formação profissional no Brasil, podendo-se considerar os aspectos sociais e as relações de poder que atuaram diante do contexto histórico.

No que diz respeito à análise documental, o método se atenta à pesquisa qualitativa, assim como ao conceito de documento-monumento (Le Goff, 1984). Em suma, os documentos são escolhidos pelos pesquisadores tornando-se fontes, enquanto os monumentos são produtos da sociedade construídos para sustentar lembranças ao futuro. Entretanto, Le Goff (1984) aponta que os documentos também são monumentos, pois ambos indicam relações de poder e intencionalidades de perpetuações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 é que o município passa a ser reconhecido como ente federado. O processo de urbanização acelerou essa emergência do civil para a população, recaindo sobre as funções da administração pública, movimentando, assim, as relações de poder e da economia local (Honorato *et al.*, 2019).

Um município não necessariamente é pedagógico, o que irá determinar depende exclusivamente dos fatores que complementam sua localidade, portanto sua autonomia. Assim, o município pedagógico deve dispor de algumas bases mínimas para seu estatuto. Esse polímero sintético é o que da liga ao todo, corroborando na sua junção com as demais estruturas.

Quanto a autonomização do município, os autores trazem uma passagem que explicita a relação entre estado e município em Minas Gerais, fica posto que,

[...] no art. 68 da Constituição federal, estabelece em seu art. 8º: 'O Estado institue o governo autônomo e livre dos municípios em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, nos termos prescriptos por esta Constituição'. Com relação à educação, a Constituição estadual oferecerá às câmaras municipais a 'livre deliberação' sobre a instrução primária, responsabilizando-as juntamente com o estado pela implementação desse ensino (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 17-18).

Está claro que há uma autonomia muito forte do município em algumas áreas como mencionado, principalmente no que se refere à educação. Mas essa descentralização parece soar muito mais como deveres dos municípios e não propriamente se respalda em direitos.

De certo modo, boa parte das instruções eram passadas às administrações dos municípios para aplicá-las, justamente por uma dificuldade do Estado diante da demanda da população. Isso soava quase como uma terceirização do serviço estatal. Assim os gestores das cidades do interior utilizavam como justificativa em promover a municipalidade, isso no final do XIX. Nesse percalço foram surgindo as identidades regionais, muito induzida pelas elites, empenhados na construção identitária.

E, nesse sentido, para se compreender a História da Educação em Minas Gerais e no Brasil (e também Portugal), um olhar atento aos processos de formulação das propostas instrucionais no interior dos municípios é fundamental, para que se possa aquilatar as proximidades e distanciamentos que ocorrem entre esses diferentes espaços (Gonçalves Neto; Magalhães, 2009, p. 21).

Tudo isso implica, em movimentos em meio aos processos de descentralização nacional, marcada muito por uma divisão das demandas em escala estadual que eram passadas aos municípios como forma de responsabilidade. Essas representações são permeadas pelas elites na busca de uma identidade regional singular. Acrescenta ainda, sob a realidade local no conjunto de instruções de cunho público, no fazer de um sistema municipal de ensino organizado por leis e normas.

Portanto, a categoria de município pedagógico reluz sobre uma entidade política-administrativa e pedagógica, que no Brasil suas discussões partem da segunda metade do século XIX e que possuem uma ação descentralizadora da gestão

de ensino, partilhando da responsabilidade instrutiva, principalmente na regulamentação local. Com isso, sofreu influência das elites na caracterização ideológica e de identidade local, sendo a peça motriz do poder regenerador da educação. Leva consigo o peso da formação dos sistemas educativos dentro da dimensão pedagógica e institucional, servindo como um propício banquete para investigadores da história da educação, tanto em Portugal como no Brasil (Gonçalves Neto; Magalhães, 2019, p. 26).

Dessa forma, podemos utilizar como fontes, os documentos dispostos pela Secretaria de Educação de um município. A fim de investigar, dentre os demais materiais que contam a história do município pedagógico está a trajetória institucional escolar, pois o município pedagógico é impulsionado por seu viés educacional diante de sua autonomia estatal e federal. Com isso, podemos nos debruçar sobre: atas; ofícios; livros de chamada (dos professores); termos de visitas (da secretária de Educação); plantas (Arquitetônicas); mapas; fotografias; etc. Estes materiais, uma vez questionados, podem nos mostrar caminhos acerca do processo de municipalização, revelando sob as entrelinhas a história local e dos sujeitos enquanto atores.

Contudo, existem algumas limitações em trabalhar com essas fontes, uma vez que, a realidade de alguns documentos encontrados estão dispostos em ambientes precários, sem o devido cuidado com a preservação dessa história. Por outro lado, temos municípios que prezam em guardar esses documentos de forma consistente, e servindo para que futuros pesquisadores ou interessados tenham acesso livremente. “As fontes históricas, como se sabe, constituem a base empírica que traz legitimidade ao discurso do historiador. [...] É assim que qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir do seu universo de fontes” (Barros, 2020, p. 22-23). Certeau (2011) completa sobre a produção no campo da perspectiva histórica que,

Toda pesquisa histórica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultura. [...] Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizaram os dossiês e as indagações relativas aos documentos (Certeau, 2011, p. 47).

A constituição do corpus documental necessita, portanto, de uma pertinência acerca das fontes, embasada por um problema histórico. Contudo o documento tem limites, precisa suportar todos os desafios propostos pela pesquisa, para solucionar os certames do que foi imposto. Assim, o conjunto de documentos selecionados, parte de uma avaliação sob sua adequação enquanto fonte, diante do problema histórico e se responderá todas as perguntas. É importante aprofundar as indagações, dentro do conjunto dialético da relação fonte e problema. Ademais, não só podemos como devemos tornar o trabalho mais rico, abordamos um conjunto de fontes constituídas por diferentes setores do corpus documental, deslumbrando seus próprios trejeitos, porém, isso não exclui trabalharmos com fontes homogêneas (Barros, 2020).

Outro aspecto importante no desenrolar da pesquisa está em profunda relação com a identificação da fonte histórica. Para essa perspectiva utilizamos na inspeção histórica o termo “Documento/Monumento”, eleito pelo historiador francês Jacques Le Goff (1984), que considera em sua análise historiográfica a construção desse termo, sendo que o documento também é um monumento histórico, como uma forma de revisitar a memória dentro da conjuntura cultural material. Com isso, esse termo (documento) que parte do século XIX/XX, passa a ser utilizado na perspectiva das abordagens históricas documentais. O autor adverte que, “O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (Le Goff, 2013).

O documento perpetua a história das sociedades e dos indivíduos, seu legado, sua memória, suas obras, os testemunhos escritos, as ressignificações se manifestam a partir do pesquisador que invade o plano dentro do conjunto das palavras, debruçando seu olhar perito sobre o que foi relatado. Esse conjunto desenhado faz parte do lugar de produção, assim permitirá uma melhor captação da fonte utilizada.

Disso decorre outro fator importante ao se analisar as fontes históricas. Todo documento tem sua temporalidade local, isto é, parte do seu tempo, do tempo que foi produzido, ao considerarmos o tempo histórico da fonte sem precipitarmos de forma equivocada ao desmembrarmos as informações que compõem aquele conjunto, do contrário, poderíamos cair em anacronismo.

4 CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de municipalização está entrelaçado por atores dos mais diversos locais que compõem um município, elucidando tensões que podem caracterizar perspectivas historiográficas na concepção do entendimento acerca do município pedagógico, pois o próprio campo educacional é palco de disputas e interesses.

Olhar para o município é olhar para a história local, para o território (demográfico), para as individualidades e para a educação. Através desses marcadores chegamos à categoria de município pedagógico. Sem os documentos não conseguiremos avançar nem ao menos deduzir novos caminhos de investigação.

Isso retrata a complexibilidade que faz presente em um município pedagógico, inferindo na sua representação do todo em seu local. O município pedagógico destaca-se por sua autonomia e austeridade em meio sua descentralização do nacional e estadual. E que caminha – até certo ponto – com suas próprias “pernas”.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. C. O ensino mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/múto**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 95-118.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

GONCALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. O local na História da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. In: ARAUJO, Marta Maria de (Org.). **História(s) Comparada(s) da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2009, p. 161-198. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4894/1/O%20local%20na%20Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HONORATO, Tony *et al.* Município pedagógico: diretrizes teórico-metodológicas. **Cadernos de Pesquisa em Educação** -PPGE/UFES Vitória, ES, a. 16, v. 21, n. 49, p. 152-169, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/20243>

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LE GOFF, J. **História e memória**. 7.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2013.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p .9-20, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611>